Espaço em Revista
ISNN: 1519-7816 v. 19, n. 1, jan./jun. 2017. p. 175-185

GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS PARA A PRÁTICA DE ESPORTES

Antônio Vital de Meneses
Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do SEMINALIS - Grupo de Pesquisa em Tecnologias Intelectuais, Mídias e Educação Contemporânea (CNPq)
E-mail: *a.vmsouza@yahoo.com.br*

Luiz Cezar Lima Junior
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Especialista em Bases Nutricionais da Atividade Física, bacharel em Educação Física pela Universidade Tiradentes (UNIT) e graduando em Licenciatura pela Claretiano
E-mail: *llima1305@hotmail.com*

Resumo: O objetivo dessa pesquisa é caracterizar e analisar a gestão dos espaços urbanos públicos destinados à prática de esportes. A pesquisa é do tipo exploratório- descritivo, documental e formulada a partir da análise de conteúdo. Os instrumentos de coleta de dados foram conversas informais e entrevista semidirigida em torno de planos, projetos e/ou programas relacionados à política pública municipal de gestão dos espaços públicos, indissociada da prática de esportes. Os resultados da pesquisa demonstram a existência de gestão dos espaços, planejamento e execução de políticas públicas para prática de esporte dentro de espaços públicos urbanos na cidade de Aracaju. Destacam-se: a prática de esportes em espaço público não possui uma definição de interesse central para os gestores, outro aspecto em destaque, foi a questão das dificuldades de manutenção desses espaços, em função, principalmente, da falta de equipes suficientes, destaque também para os projetos ou planos ligados à prática de esportes nos espaços públicos urbanos, onde apresenta a existência de alguns desses projetos, outros, que não existem mais por questões políticas, requer do poder público municipal esclarecimentos e avaliação de resultados.
Palavras-chave: Urbanização. Esportes. Espaços Públicos.

MANAGEMENT OF URBAN PUBLIC SPACES FOR SPORTS PRACTICE

Abstract: The objective of this research is to characterize and analyze the management of public urban spaces destined to the practice of sports. The research is exploratory - descriptive, documentary and formulated from content analysis. The instruments of data collection were informal conversations and semidirectional interview around plans, projects and / or programs related to the municipal public policy of management of the public spaces, indissociated from the practice of sports. The results of the research demonstrate the existence of space management, planning and execution of public policies for sports practice within urban public spaces in the city of Aracaju. It is worth noting that the practice of sports in public space does not have a definition of central interest for managers, another aspect that was highlighted was the difficulty of maintaining these spaces, mainly due to the lack of sufficient teams, For projects or plans related to the practice of sports in urban public spaces, where it presents the existence of some of these projects, others, which no longer exist for political reasons, requires the municipal public power clarifications and evaluation of results.
Key-words: Urbanization. Sports. Public space.

1 Introdução

Entende-se o crescimento das cidades como processo dinâmico que envolve uma diversidade de demandas de espaços para usos urbanos numa ótica sustentável (GUERRA, 2005; NUCCI, 2001; SILVA, 2003). Envolve moradias, indústrias, serviços públicos, infraestrutura (tratamento de água e esgoto, produção de energia), construção das malhas de

transporte, áreas de recreação dentre outros elementos (SILVA, 2008). Efetivamente, o conjunto de práticas acima descritas provoca, sem dúvidas, crescente pressão nas paisagens culturais e naturais das cidades (ARAÚJO et al., 2006; BARTALINI,1986). Ocasiona o surgimento de desafios de implementação de planos, projetos e/ou programas destinados à gestão de espaços públicos em espaços urbanos por parte do poder executivo.

Existe grande demanda por espaços abertos no meio urbano, visto que o ser humano necessita estar ao ar livre (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004; AMENDOLA, OLIVEIRA; ALVARENGA, 2008). Isso é perfeitamente visível se observarmos o interesse da população em participar de processos de implantação e melhoramentos de parques e praças por meio de abaixo-assinados e passeatas. Essa demanda, entre outras coisas, causa o aparecimento de espaços privados voltados para atividades de lazer como investimento econômico em várias cidades do país (FERREIRA et al., 2011; HARDER, RIBEIRO; TAVARES, 2006; LIMA NETO et al., 2007). Conforme ROLNIK (1998), os espaços públicos de uso comunitário cada vez mais se resumem a espaços para circulação, seja de pedestres ou de veículos. Independentemente da cidade, a parte da população mais afetada pela carência desses espaços (LOIS e LABAKI, 2001), tanto em termos quantitativos como qualitativos, é justamente a população mais pobre, cujas possibilidades não permitem o acesso aos equipamentos e espaços de uso comunitário privado (LIMA e AMORIM, 2007; LOW, TAPLIN; SCHELD, 2005; MACEDO; SAKATA, 2002; MARX, 1980; OLIVEIRA, 1996; RICCI, 2009).

A qualidade de vida dos habitantes da cidade torna-se importante fator a ser consolidado em políticas públicas de gestão urbana (NOGUEIRA; WANTUELFER, 2002; NUCCI, 2001; OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007; SANTOS et al., 2013). Esta ideia é associada aos espaços públicos abertos de lazer. PUPPI (1981) destaca que a quantidade adequada de tais espaços deve estar combinada com a ordenação de um sistema, de modo que toda a população possa desfrutar dos espaços abertos públicos equitativamente, com mais ou menos a mesma facilidade de acesso (BARTALINI, 1986). Assim os valores associados aos espaços coletivos não são excludentes (WESTLEY, 1979), pelo contrário, é importante que estejam interligados para que esses espaços alcancem melhor desempenho dentro do sistema urbano, levando em consideração a adequação ambiental e os usuários (SILVA, 2000; THE WHOQOL GROUP, 1997).

Todavia, a prática de atividade física ao ar livre, promove a relação entre sujeito e o meio ambiente (CARVALHO; BRAGA, 2001; BRASIL, 2001; BUSTOS ROMERO, 2001; CASSOU, 2009). Para além dos aspectos relativos ao individualismo, autonomia e subjetividade da prática de esportes quando realizada na natureza esta é caracterizada pelo

fato do sujeito ter de ser adaptar aos componentes estruturais e dinâmica do ambiente, ou por aproveitar as energias que esta gera (CHEMIN, 2007; CHRISTOFOLETTI, 1980; FUSTER 1995).

Considera-se importante entender, dentro do espaço urbano, relações, tensões e configurações entre os gestores e usuários do espaço público urbano voltado à prática de esportes, dentro da cidade de Aracaju – Sergipe. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é caracterizar e analisar planos, projetos e/ou programas relacionados à política pública ligados ao tema da prática de esportes, tendo como base a gestão em espaços urbanos públicos na cidade de Aracaju, Sergipe. Trata-se, pois, de um estudo relevante dentro do contexto das políticas públicas de urbanização ligadas à qualidade de vida e a prática de esportes.

2 Materiais e métodos

Esse estudo foi desenvolvido com base na sistemática de organização do método exploratório-descritivo de pesquisa, através da análise documental e de entrevistas semiestruturadas (BRAVO, 1991; PIMENTEL, 2001). Trata-se, pois, de pesquisa qualitativa de inspiração hermenêutica (GOMES, 2007), cuja dinâmica de desenvolvimento incluiu um conjunto de interações éticas, voltadas ao conhecimento e compreensão dos feitos, decisões e sentidos das ações humanas, mantidas sob forma de diálogos com gestores públicos da cidade de Aracaju e pelo estudo detalhado de documentos, depoimentos e informações adquiridas durante as atividades de coleta e organização de dados.

Primeiramente, em relação à documentação de fonte primária, foi feita a identificação, catalogação e análise de dispositivos normativos e legais, projetos e intervenções realizadas em Aracaju, atas, relatórios e correspondências dos órgãos administrativos, etc. Em seguida, considerou-se o levantamento sobre o corpo técnico de conhecimentos específicos envolvido no processo de urbanização e planejamento de áreas urbanas associadas ao esporte como os profissionais da arquitetura e da engenharia, as instituições formadoras de profissionais especializados, para entender os estudos e as propostas que foram objeto de debate dos técnicos, planos e projetos executados ou não. Por isso mesmo, a pesquisa documental, nesse estudo foi associada à Análise de Conteúdo (BARDIN, 2007). O plano de trabalho e de análise das informações da pesquisa envolvem de categorias aplicada aos documentos (leis, decretos, planos, programas, projetos etc.). A abordagem utilizada para a seleção de gestores durante o período entre 2014 e 2016 delineou-se por ocupação oficial de cargo dentro da gestão direta em órgãos da administração pública, disponibilidade e interesse de participar da pesquisa. Optou-se por selecionar atores envolvidos diretamente na gestão de espaços públicos,

Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) e pelo coordenador responsável pela Secretaria de Esporte e Lazer de Aracaju (SEMEL). Por questões éticas, e conforme a solicitação dos entrevistados, a interpretação das falas e dos documentos analisados ficou restrita aos objetivos da pesquisa, sem apresentar, na devida observância aos limites do estudo.

Foi aplicada a entrevista semidirigida, na qual constaram perguntas abertas com a liberdade de se explorar, durante a interação, as respostas dos participantes, para além do previamente delimitado. Registre-se, porém, que as questões do roteiro de entrevista foram elaboradas pelo autor de forma a atingir o objetivo da pesquisa (BRAVO, 1991; PHILLIPIS, 1974). As entrevistas foram realizadas no período de julho a outubro de 2015.

O roteiro de entrevista foi estruturado nos seguintes blocos de temas: Gestão dos espaços públicos e prática de esportes. Destaque-se que no tratamento e análise das informações, no caso das entrevistas, foi adotado, arbitrariamente, a remissão, às falas dos participantes, letras grafadas em maiúsculo, Y e K. Portanto, a partir da análise dos discursos dos entrevistados por codificação e categorização foram estabelecidas categorias de análise, exploradas nos resultados e discussão.

3 Resultados e discussões

A gestão urbana participativa é um dos pressupostos para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, considerada um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, define, em seu capítulo 7, que as cidades devem institucionalizar uma abordagem participativa do desenvolvimento urbano sustentável e também habilitar grupos comunitários, organizações não-governamentais e indivíduos a assumir a autoridade e a responsabilidade pelo manejo e a melhoria de seu meio ambiente. (SVMA, 2008). As políticas públicas constituem um conjunto de instrumentos de ação, tomados no interior do estado, que visam apresentar as diretrizes e as estratégias de concretização de interesses públicos e de alteração de relações sociais estabelecidas. Os programas de ação governamental visam coordenar os meios à disposição do estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Fernandes (1998) destaca que as políticas urbanas devem ser norteadas pelo direito à uma vida digna nas cidades. Garante-se o direito de viver com qualidade de vida se sobressaindo ao mero direito de sobrevivência. No Brasil, a partir de 1988, o planejamento da cidade tornou-se exercício obrigatório, visto que a Constituição Federal (nos artigos 182 e 183) dispõe sobre a ordenação do processo de desenvolvimento das funções sociais da cidade, para garantir o bem-estar dos habitantes. Entretanto, só em 2001, através da Lei Federal

10.257 (Estatuto da Cidade), é que foram estabelecidas as principais diretrizes de execução das políticas urbanas.

Na visão dos gestores públicos, a cidade é um espaço a ser gerenciado ambientalmente. Em entrevista realizada com um coordenador vinculado ao órgão público competente da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) destacam- se as questões dos tributos como fontes primordiais para a oferta dos serviços prestados pelo órgão supracitado. Percebe-se:

> [...] a gestão desses espaços públicos na cidade é de responsabilidade da empresa (EMSURB) que tem como competência a gestão desses espaços públicos além de desempenhar atividades onde realizam um cronograma de elaboração tributária, do que se teve ser cobrado pelos espaços, além também da limpeza, preservação dos manguezais e de outras áreas verdes (Gestor K).

Este é um dos papéis desempenhados pela subprefeitura do município Aracaju. Cabe a ela assegurar a conservação de espaços públicos tais como das praças, portanto o processo administrativo, aqui denominado gestão. Bons espaços públicos estimulam a permanência e aumentam as chances de contato entre as pessoas. Apesar de estar-se falando do desenho urbano como um todo, muitas vezes isso se traduz em detalhes como a limpeza e a manutenção (LAREDO e SOMEKH, 2014). Conforme o Plano Diretor Desenvolvimento Urbano de Aracaju (2000) as praças públicas são classificadas como espaços abertos destinados a função social. No entanto, é preciso considerar que além da função social as praças públicas devem exercer a função de áreas verdes, potencial que deve ser valorizado e estimulado, principalmente considerado que devido a intensa urbanização. No entanto, observe-se:

> [...] Aracaju apresenta poucos espaços para a implantação da arborização e poucos remanescentes florestais [...] Aracaju possui 165 praças distribuídas pelos diversos bairros (Gestor K).

O Estatuto da Cidade dispõe, no seu artigo 3º, as competências da União sobre a política urbana, com base na repartição das competências constitucionais sobre essa política atribuída aos entes federativos. Ele incorpora, também, a participação direta (e universal) dos cidadãos nos processos decisórios. Os Municípios devem utilizar instrumentos como audiências públicas, plebiscitos, referendos, estudos de impacto de vizinhança, além da obrigatoriedade de implementação de orçamentos participativos, para ouvir diretamente os cidadãos sobre sua intervenção sobre o território (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Observe-se:

> [...] as dificuldades enfrentadas na gestão desses espaços públicos, existem vários problemas, mas, em específico, para o vandalismo, a ocupação irregular e a falta de manutenção dessas áreas. Existiram alguns projetos e práticas legais que foram criados para otimizar o trabalho da subprefeitura só que alguns desses trabalhos foram descontinuados por falta de recurso. Estamos empenhados em contribuir para melhorar a região em que atuamos e, em breve, teremos novas implementações de práticas e projetos [...]. (Gestor K).

Na pesquisa, o tema central de interesse desse estudo, a gestão dos espaços públicos urbanos destinados à prática de esportes foi construído a partir de conversas informais e entrevista oficial realizada com o gestor que trabalha na Secretaria de Esporte e Lazer de Aracaju. Além disso, a pesquisa documental favoreceu o conhecimento formal, sistemático e prescritivo sobre o objeto de pesquisa. Nessa parte da pesquisa obteve-se várias informações importantes. Lê-se:

> [...] a Secretaria de Esporte e Lazer está organizada em coordenação de alto rendimento, coordenação de lazer, coordenação de inclusão social e coordenação dos espaços públicos destinados a prática de esporte, mostrando-se formalmente organizada. No que diz respeito a projetos voltados para a prática de esportes nos espaços públicos, no ano de 2007, existiu um projeto no parque na sementeira chamado "Domingo no Parque" onde esse projeto na iniciativa da EMSURB era contemplar mais um dos projetos da Prefeitura de Aracaju, como alternativa de promover e estimular a população para melhor qualidade de vida, além de propiciar lazer, aproximar as famílias, integrar amigos, diversificar o final de semana, ampliar a sensibilidade musical, contribuindo para uma mudança significativa nos hábitos e padrões [...] esse projeto parou por questões políticas (Gestor Y).

Em 2015, em parceria com Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte foi lançado o projeto Mexa-se. Esse projeto era desenvolvido aos sábados no parque dos cajueiros. O objetivo principal era motivar os sergipanos a frequentarem os equipamentos esportivos no Parque dos Cajueiros e despertar, na comunidade, as necessidades das pessoas melhorarem a qualidade de vida, através da prática de atividades físicas. Como as informações sobre esses projetos foram obtidas pelo depoimento oral, a pesquisa não teve acesso ao documento escrito, aprovado, com planilhas, objetivos, etapas e avaliação, dentre outros elementos, por exemplo.

Nessa mesma esfera, outra inciativa foi o Programa Esporte e Lazer da Cidade. O programa é uma parceria entre Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de Aracaju desenvolvida pela FUNCAJU/Departamento de Esportes. Uma proposta de atender as necessidades de esporte recreativo e lazer em comunidades carentes de política pública e

social. Em Aracaju, as atividades eram desenvolvidas em praças, ruas, quadras e campos. O PELC está estruturado para promover condições de acesso às atividades esportivas, jogos e brincadeiras, ginástica, oficinas de dança, teatro, capoeira, pintura, entre outras, nos períodos da manhã, tarde e noite, três vezes por semana.

Outro projeto elaborado foi a Praça da Juventude a construção da Praça da Juventude também de parceria entre Ministério do Esporte e Prefeitura Municipal de Aracaju, desenvolvido pela FUNCAJU/Departamento de Esportes, e visa atender às crescentes demandas e necessidades da população aracajuana por esporte recreativo, cultura e lazer. Localizada no conjunto Augusto Franco, a praça também possui estacionamento e espaço para a terceira idade, além de 5.500m² de áreas verdes. Atualmente, segundo o Secretário "existem parcerias de projetos com as escolinhas de futebol do município para organizar torneios e para a compra de materiais" (Gestor K). Questionado sobre outras parcerias, não foi mencionado nenhum outro tipo de parceiro para o desenvolvimento das atividades em questão. Questionado sobre quais os objetivos desses projetos, o entrevistado confirma que "é fomentar o esporte e que consiste na prática de esporte e lazer essências para uma melhor qualidade de vida" (idem).

Entendemos espaços públicos de lazer esportivo como aqueles que possibilitam a execução de modalidades esportivas, de forma prioritária, cujo acesso se dê de maneira livre. Dumazedier (1980) coloca que uma das principais preferências para execução de atividades ao ar livre têm sido as atividades esportivas. Existem muitos espaços livres que nos permitem sua utilização para uma caminhada, ginástica, andar de bicicleta e jogar bola se preocupar no que se refere aos limites geográficos.

Um dos principais motivos que justificam esta necessidade estar associada ao bem-estar social é a busca pela qualidade de vida como conceitos amplamente explorados no mundo contemporâneo (ALMEIDA; GUTIEREZ, 2004). A qualidade de vida é uma questão central dentro dos depoimentos dos gestores públicos da cidade de Aracaju. Lê-se:

> [...] o que leva as pessoas a frequentarem esses espaços públicos é a busca de convivência e recreação para os usuários, até porque essas praças possuem equipamentos que possibilitam o lazer e o relaxamento e a prática de esportes [...] (Gestor Y).

A praça é uma área aberta para as pessoas se reunirem com finalidades diversas. Nota-se que têm uma conotação de convívio, uso, contemplação, bem-estar e prática de esportes, um espaço público para uso coletivo, em que existe a circulação, interação de pessoas. Além disso a pessoa procura um contato com a natureza, reflexão, ar livre e sair do apartamento. No

ano de 2010 foi feita a III Conferência Nacional do Esporte, que discutiu e aprovou o plano Decenal de Esporte e Lazer com linhas estratégicas e ações, visando ao desenvolvimento do esporte e lazer no pais, tendo como objetivo principal consolidação das políticas públicas de esporte e lazer como políticas do Estado (BRASIL, 2010).

As atividades de esporte e de lazer, mais do que cumprir o tempo ocioso, eles desempenham um papel importante na vida das pessoas, que são fundamentais para o desenvolvimento da sociabilidade e das relações interpessoais. Cabe então ao poder público, portanto, desenvolver estas atividades e ao mesmo tempo otimizar a interface existente entre a educação, a saúde, o esporte e o lazer como elementos básicos para a melhoria da sociedade como um todo. Daí a necessidade de pensar estrategicamente e urbanisticamente os espaços para a prática de esportes sem, contudo, causar prejuízos ambientais em diferentes esferas de manifestação: seja individual, seja, comunitária, seja coletiva.

4 Conclusões

A partir dos resultados obtidos, observa-se que a gestão dos espaços urbanos na cidade de Aracaju ocorre de modo burocrático e formal, porém, prevalecendo a dimensão econômica. O que nos permite inferir que a prática de esportes no espaço público urbano pode ser considerada como parte desse sistema burocrático, através da qual ocorre a visibilidade das ações da administração pública de modo mais efetivo, a qual busca consolidar a produção de indicadores socioeconômicos em vista a aprovação do gerenciamento financeiro-orçamentário da gestão pública municipal e ao reconhecimento público de ações do governo municipal em torno de um mote de gestão que se tornou a “qualidade de vida” do povo aracajuano. Principalmente, cabe destacar que projetos ou planos ligados à prática de esportes nos espaços públicos urbanos, onde apresenta a existência de alguns desses projetos, outros, que não existem mais por questões políticas, requer do Poder Público Municipal esclarecimentos e avaliação de resultados, já que o objetivo desses projetos é de fomentar a prática de esportes para uma melhor qualidade de vida. Além disso, outro aspecto em destaque, foi a questão das dificuldades de manutenção desses espaços, em função, principalmente, da falta de equipes suficientes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M; GUTIERREZ, G. Políticas Públicas de lazer e qualidade de vida. In: VILARTA, Roberto (Org.). **Qualidade de vida e políticas públicas**. Campinas: IPES editorial, 2004.

AMENDOLA, F.; OLIVEIRA, M. A. C.; ALVARENGA, M. R. M. Qualidade de Vida dos Cuidadores de Pacientes Dependentes no Programa de Saúde da Família. **Texto & Contexto**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 266-272, 2008.

ARAÚJO, H. M.; VILAR, J. W. C.; WANDERLEY, L. L. de; SOUZA, R. M. (Org.). **O Ambiente urbano**: visões geográficas de Aracaju. São Cristovão: Editora UFS, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BARTALINI, V. **Áreas verdes e espaços livres urbanos**: paisagem e ambiente. São Paulo: Ensaios, 1986.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. **III Conferência Nacional de Esporte** - Resoluções. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2010.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social**: Teoria e exercícios. 7. ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BUSTOS ROMERO, M. A**. A Arquitetura Bioclimática do Espaço Público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CASSOU, A. C. N. **Características Ambientais, Frequência de Utilização e Nível de Atividade Física dos Usuários de Parques e Praças em Curitiba. PR.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, 2009.

CHEMIN, B. F. **Políticas Públicas de Lazer**: o papel dos municípios na sua implementação. Curitiba: Juruá, 2007.

CHRISTOFOLETTI, A. Caracterização do sistema ambiental. In: _____**Modelagem de Sistemas Ambientais**, São Paulo: Edgard Blucher Ltda., 1980. p. 35-49.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

FERNANDES, E. **Direito urbanístico**. São Paulo: Del Rey, 1998.

FERREIRA, R. A et. al. **Manual de arborização urbana de Aracaju**: praças. 2011.

FUSTER, J. **Activitats fisiques em el medi natural**: Efects de la pratica sobre la desporta emocional. Dissertação de doutoramento. INEFC Espanha, 1995.

GUERRA, A. J. T. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

HARDER, I. C., RIBEIRO, R. d., & TAVARES, A. R. Índices de Área Verde e Cobertura Vegetal para as Praças do Município de Vinhedo, SP. **Revista Árvore** (30), p. 277-282. 2006.

LAREDO, R.; SOMENK, N. Gestão Compartilhada na Manutenção dos Espaços Públicos da Cidade: Um olhar sobre a subprefeitura de Pinheitos em São Paulo. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, 2014.

LIMA NETO et al. Análise das Áreas Verdes das Praças do Bairro Centro e Principais Avenidas de Aracaju - Se. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 2, p. 17-33, 2007.

LIMA, V; AMORIM, M, C, C, T. Qualidade Ambiental Urbana de Osvaldo Cruz/SP. In: **Simpósio Nacional de Geografia Física Aplicada**, XIII, 2007.

LOIS, E; LABAKI, K, L, C. Conforto Térmico em Espaços Externos: uma revisão. In: **VI Encontro Latino-Americano de Conforto no Ambiente Construído**. São Pedro. São Pedro: ANTAC, 2001.

LOW, S.; TAPLIN, D.; SCHELD, S**. Rethinking Urban Parks**: public space and cultural diversity. Austin: University of Texas Press, 2005.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora Edusp, 2002.

MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

NOGUEIRA, A.; WANTUELFER, G. **Florestas Urbanas**: planejamento para melhoria da qualidade de vida. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo, SP: Humanitas, 2001.

OLIVEIRA, C.H. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfasenas áreas públicas e áreas verdes**: diagnóstico e propostas. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1996.

PHILLIPIS, B.S. **Pesquisa social**: estratégias e táticas. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1974.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001.

RICCI, R. Controle Social: Um Conceito e Muitas Confusões. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 98, jul. 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, C. Z. A.; FERREIRA, R. A.; SANTOS L. R.; SANTOS, L. I.; GOMES, S. H.; GRAÇA, D. A. S. Análise Qualitativa da Arborização Urbana de 25 vias Públicas da Cidade de Aracaju-SE, **Revista Ciência Florestal**, UFSM (2013, no prelo).

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE – SVMA; CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. **Indicadores ambientais e gestão urbana**: desafios para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio ambiente: Centro de Estudos da Metrópole, 2008.

SILVA, J, A, D. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 5. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, J. R. M. **Análise das Erradicações na Arborização Urbana de Recife PE**: Uma contribuição ao paisagismo e a qualidade ambiental**.** Dissertação 156(Mestrado em Desenvolvimento Meio Ambiente - PRODEMA) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.

SILVA, L. J. M. **Parques Urbanos**: A Natureza na Cidade - Uma Análise da Percepção dos Atores Urbanos. Dissertação (Mestrado) Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, p 114, 2003.

THE WHOQOL GROUP. **The World Health Organization Quality of Life** Measuring quality of life**.** Geneva (Switzerland), 1997.

WESTLEY, W. A. Problems and Solutions in The Quality of Working Life. **Humans Relations**. v. 32, N. 2, P. 111-123, 1979.